



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo nº 153/2023

Objeto: Registro de Preços para eventual e futura, aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs.

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Modo de Disputa: ABERTO

Secretarias solicitantes: Secretaria de Obras e Trânsito, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação.

Plataforma de operações: Portal de Compras Públicas, site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

Data da sessão pública: Dia 27/10/2023 às 8h:30min (horário de Brasília)

ALVARO JOSE GIACOBBO
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023

O MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO - RS, por meio de seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para fins de **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal nº14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº40, de 03 de maio de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o **Registro de Preços para eventual e futura, aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na plataforma do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 05 % (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9 Organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.6 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do Artigo 9º da Lei Federal nº14.133/2021.

2.7 O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10 O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº14.133/2021.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2 Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Artigo 1º e no inciso III do Artigo 5º da Constituição Federal;

3.4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº14.133, de 2021.

3.4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Artigos, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

Artigo 4º, da Lei Federal nº14.133, de 2021.

3.5 A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2 se configurado pelo licitante e a plataforma oferecer esta funcionalidade, os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.10.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 VALOR UNITÁRIO DO ITEM

4.1.2 MARCA

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha/proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do Artigo 71 da Lei Federal nº14.133/2021; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5 O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$0,50 (cinquenta centavos)**.

5.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

5.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11 O envio de lances no pregão eletrônico será o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

5.13 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 05 % (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Artigos 42 a 45 e Artigos 47 a 49 da Lei Complementar nº123, regulamentada pelo Decreto nº8.538, de 2015.

5.21.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 05 % (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 05 % (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21.5 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Artigo 60 da Lei Federal nº14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.5.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.5.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.5.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.5.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

produzidos ou prestados por:

5.22.1 Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

5.22.2 Empresas brasileiras;

5.22.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.2.5 A qualquer momento, o pregoeiro poderá suspender a sessão por prazo a ser informado no chat. Referido prazo não será superior a 48 (quarenta e oito) horas e poderá ser prorrogado, a critério do pregoeiro, conforme informação a ser consignada no chat.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a etapa de negociação o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Artigo 14 da Lei Federal nº14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1 Controladoria Geral da União, através da Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM).

6.1.2 As consultas serão realizadas através do link: <https://certidoes.cgu.gov.br>

6.1.3 A consulta aos cadastros deverá ser realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o Artigo 12 da Lei Federal nº8.429, de 1992.

6.2 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.2.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1 Contiver vícios insanáveis;

6.6.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser a usada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.7.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.8 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.9 Será solicitado do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar o envio da proposta readequada (**conforme modelo ANEXO VIII**).

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelos licitantes vencedores, os quais deverão ser anexados no sistema eletrônico. Os documentos anexados no sistema poderão ser assinados digitalmente ou apresentadas em cópias autenticadas. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal. Para fins de habilitação, os licitantes deverão enviar os seguintes documentos:

7.1.1 Habilitação Jurídica:

a) Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual.

b) Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

c) Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Nota (01): Os documentos das alíneas “a” e “b” deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.1.2 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

a) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Federal;



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

- f) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.1.3 DECLARAÇÕES

- a) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo do **ANEXO V** deste Edital.
- b) Declaração assinada pelo representante da empresa, sob pena de estar impedida de participar na licitação, conforme modelo do **ANEXO VI** deste Edital.
- c) Declaração, assinada pelo representante legal da empresa (preencher com razão social da empresa e CNPJ), de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista, conforme modelo do **ANEXO VII** deste Edital.

7.1.4 Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento, salvo quando o distribuidor informar na certidão a validade.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **02 (dois) últimos exercícios** sociais.
 - b.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
 - b.2) Os documentos referidos na alínea “b”, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

7.1.5 Qualificação Técnica

- a) Atestado de capacidade técnica (no mínimo 1), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão do proponente para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.
 - a.1) O atestado de capacidade técnica deve ser emitido em papel timbrado do emitente e além disso conter: nome, cargo e telefone para contato do responsável pela emissão do atestado.
 - b) Apresentar o CA (Certificado de Aprovação) conforme solicitado nas especificações dos itens, o qual a proponente for vencedora, indicando o número do item que se refere.
 - b.1) As qualificações técnicas para fornecimento de EPI's pela empresa vencedora deverá respeitar o constante no item 6.8 da NORMA REGULAMENTADORA 6 - NR 6, EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI. Disponível em <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-06-atualizada-2022-1.pdf>

7.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. A autenticação pela Prefeitura poderá ser efetuada com antecedência junto ao Departamento de Compras, Licitações, Contratos e Convênios, localizado na Prefeitura Municipal de Doutor Ricardo - RS.

7.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação e os produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da legislação vigente, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

7.4 Os documentos do licitante exigidos para habilitação, deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, uma



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

única vez, contado da solicitação do pregoeiro, juntamente com a proposta readequada.

7.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº14.133/2021.

7.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (Artigo 63, I, da Lei Federal nº14.133/2021).

7.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.8 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder à correção/alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

7.8.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.9 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.11 A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.12.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.15 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.17 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.18 Todos os documentos a apresentar, deverão estar dentro do prazo de validade neles indicados pelo órgão expedidor. Na falta dessa indicação expressa, somente serão considerados válidos aqueles expedidos nos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização desta licitação, exceto para os Atestados Técnicos e ressalvadas hipóteses da Licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior, mediante indicação de norma legal pertinente.

7.19 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.20 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.21 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.22 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº14.133, de 2021.

8.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

8.3 A ata de registro de preços poderá ser assinada eletronicamente no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP-Brasil ou através de sistema eletrônico disponibilizado pelo órgão promotor da licitante.

8.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as quantidades, preços registrados e demais condições.

8.5 A Ata de Registro de Preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico da Administração.

8.6 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado na imprensa oficial do Município, trimestralmente, na imprensa oficial do Município, para conhecimento público e orientação da Administração.

8.7 A existência de preço registrado não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, desde que devidamente motivada.

8.8 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação nas condições do primeiro classificado.

8.8.1 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

8.8.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8.8.3 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

8.8.4 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no artigo 87 do Decreto Municipal nº040/2023.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

9. DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Artigo 165 da Lei Federal nº14.133, de 2021.

9.1.1 O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.1.2 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.
- c) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- d) na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do Artigo 17 da Lei Federal nº14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.1.3 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.1.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.1.5 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.1.6 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.1.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.1.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.1.9 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº14.133/2021, o(a) licitante e/ou Contratado(a) que:

- a) Der causa à inexecução parcial do Contrato Administrativo.
- b) Der causa à inexecução parcial do Contrato Administrativo que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) Der causa à inexecução total do contrato.
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação.
- l) Praticar ato lesivo previsto no Artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

11.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I- Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

II- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

III- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima do Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

IV- Multa:

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias, podendo, também, ser rescindido o contrato.

a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do Artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

(2) Compensatória de 15 % (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, podendo, também, ser rescindido o Contrato.

10.3 A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

10.4 Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (Artigo 156, §7º da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Artigo 158 da Lei Federal nº14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

I- A natureza e a gravidade da infração cometida.

II- As peculiaridades do caso concreto.

III- As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

IV- Os danos que dela provierem para o Contratante.

V- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente.

10.11 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.12 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e no Cadastro



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

Nacional de Empresas Punidas, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Artigo 163 da Lei Federal nº14.133/21.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica pela plataforma do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/> e/ou pelo seguinte e-mail: licitacoes@doutorricardo.rs.gov.br

11.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/> e/ou pelo seguinte e-mail: licitacoes@doutorricardo.rs.gov.br

12.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência - Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II - Modelo de Carta de Credenciamento

ANEXO III - Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

ANEXO IV - Modelo de declaração de enquadramento como microempresa (ME) ou



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

empresa de pequeno porte (EPP)

ANEXO V - Modelo de declaração que não emprega menor

ANEXO VI - Modelo de declaração de idoneidade

ANEXO VII - Modelo de declaração que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa

ANEXO VIII - Modelo de Proposta Financeira

ANEXO IX - Minuta de Ata de Registro de Preços

ANEXO X - Cadastro Reserva

Doutor Ricardo - RS, 11 de outubro de 2023.

ALVARO JOSE GIACOBBO
Prefeito Municipal

Este Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 001/2023, foi revisado na data de 10 de outubro de 2023, está de acordo com a legislação, ressalvado quanto ao objeto, uma vez que este exame desborda da análise jurídica. Ressalta-se ainda, que o Edital e a Ata de Registro de Preços foram previamente padronizados por essa assessoria jurídica. Segue minuta da ata de registro de preços/contrato. Publique-se.

Sebastião Lopes Rosa da Silveira
OAB/RS 25.753
Assessor Jurídico Municipal



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Registro de Preços para eventual e futura, aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, nos termos das tabelas abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	VLR UNI R\$
1	ABAFADOR DE RUÍDOS TIPO CONCHA. PROTETOR AUDITIVO CONSTITUÍDO POR DUAS CONCHAS ABAFADORAS DE MATERIAL PLÁSTICO RÍGIDO, MONTADAS EM UMA HASTE FLEXÍVEL EM FORMA DE ARCO ADAPTÁVEL A CABEÇA HUMANA PERMITINDO QUE CADA ABAFADOR SE APLIQUE SOB PRESSÃO AOS RESPECTIVOS PAVILHÕES AURICULARES, CONCHAS NA COR PRETA PREENCHIDA COM ESPUMA, BORDAS RECOBERTAS COM ALMOFADAS DE MATERIAL FLEXÍVEL PREENCHIDAS COM ESPUMA, FIXADAS NAS EXTREMIDADES AJUSTÁVEIS DA HASTE ATRAVÉS DE ENCAIXE POR PINOS, ATENUAÇÃO MÍNIMA 24 DBS. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	UN	30	120,00
2	AVENTAL PLÁSTICO. AVENTAL PLÁSTICO, EM MATERIAL EMBORRACHADO IMPERMEÁVEL, ESTÉRIL, TAMANHO ÚNICO, FRENTE ÚNICA COM TIRA PARA AMARRAR NO PESCOÇO E CINTURA, COMPRIMENTO MÍNIMO 1,30M, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PLÁSTICO. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	UN	220	16,00
3	AVENTAL TIPO AÇOUGUEIRO TRESVIRA. AVENTAL TIPO AÇOUGUEIRO TRESVIRA, ESPESSURA GROSSA (KP-100). COR: BRANCO, 1 (DUPLA FACE). MEDIDAS: 1,20 X 0,70 M. INDICADO PARA PROTEÇÃO DE TÓRAX E PERNAS EM INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS, INDÚSTRIAS QUÍMICAS, AGRICULTURA, FRIGORÍFICOS, ABATEDOUROS E SERVIÇOS GERAIS ONDE NÃO HAJA MUITA ABRASÃO. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	UN	50	18,30
4	BLUSÃO DE RASPA PARA SOLDADOR. BLUSÃO DE RASPA PARA SOLDADOR CONFECCIONADO EM RASPA DE COURO BOVINO CURTIDO AO CROMO, COSTURADO COM FIO 100% ALGODÃO OU ARAMIDA COM FECHAMENTO FRONTAL EM TIRAS AUTOCOLANTES OU BOTÃO DE PRESSÃO METÁLICO, COM ELÁSTICO DE AJUSTE EMBUTIDO NO CANO DA MANGA. O BLUSÃO DE	UN	4	99,90



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

	RASPA PARA SOLDADOR POSSUI A ESPESSURA MÉDIA DE 1,50 MM E GRAMATURA 0,0815 GRAMAS/CM2 OU 0,815 KG/M2. EM RASPA, TAMANHO GG, COM EMENDAS NAS COSTAS, FECHAMENTO EM TIRAS AUTOCOLANTES, COM GOLA. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)			
5	BONÉ ARABE. BONÉ ARABE CONFECCIONADO EM TECIDO DE ALGODÃO TRATADO PARA TORNAR-SE HIDRO-REPELENTE. PROTEGE O COURO CABELUDO E O PESCOÇO DE RESPINGOS E DO SOL. COM DATA DE FABRICAÇÃO DE NO MÁXIMO 2 MESES ANTERIORES À SUA ENTREGA E COM CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO) GRAVADOS PERMANENTEMENTE EM SUA ESTRUTURA, COM NO MÍNIMO, APÓS A SUA ENTREGA, 6 MESES DE GARANTIA DE TROCA POR DEFEITOS DE SUA QUALIDADE.	UN	40	21,20
6	BOTINA COM ELÁSTICO BIQUEIRA DE PVC MONODENSIDADE Nº 36. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO).	PAR	30	54,84
7	BOTINA COM ELÁSTICO BIQUEIRA DE PVC MONODENSIDADE Nº 37. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO).	PAR	30	54,84
8	BOTINA COM ELÁSTICO BIQUEIRA DE PVC MONODENSIDADE Nº 38. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO).	PAR	30	54,84
9	BOTINA COM ELÁSTICO BIQUEIRA DE PVC MONODENSIDADE Nº 39. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO).	PAR	30	54,84
10	BOTINA COM ELÁSTICO BIQUEIRA DE PVC MONODENSIDADE Nº 40. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO).	PAR	30	54,84
11	BOTINA COM ELÁSTICO BIQUEIRA DE PVC MONODENSIDADE Nº 41. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO).	PAR	30	54,84
12	BOTINA COM ELÁSTICO BIQUEIRA DE PVC MONODENSIDADE Nº 42. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO).	PAR	30	54,84
13	BOTINA COM ELÁSTICO BIQUEIRA DE PVC MONODENSIDADE Nº 43. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO).	PAR	30	54,84
14	BOTINA COM ELÁSTICO BIQUEIRA DE PVC MONODENSIDADE Nº 44. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO).	PAR	30	54,84



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

15	CAPA DE CHUVA COM CAPUZ, REFORÇADA PROFISSIONAL. CAPA DE CHUVA COM CAPUZ, REFORÇADA PROFISSIONAL, TRANSPARENTE, IMPERMEÁVEL, GROSSA, CONFECCIONADA EM LAMINADO DE POLIETILENO COM BOLSOS. POSSUI MANGAS COMPRIDAS, CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE BOTÕES DE PRESSÃO E COSTURADA ATRAVÉS DE SOLDAS ELETRÔNICAS. ESPESSURA: 0,08MM. PROTEÇÃO DA CABEÇA, TRONCO E MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUÁRIO (VIDE MEDIDAS DAS CAPAS) CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE CHUVA E OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA. COR: TRANSPARENTE TAMANHO: G - 73/93/63	UN	76	38,00
16	CAPA DE CHUVA COM CAPUZ, REFORÇADA PROFISSIONAL. CAPA DE CHUVA COM CAPUZ, REFORÇADA PROFISSIONAL, TRANSPARENTE, IMPERMEÁVEL, GROSSA, CONFECCIONADA EM LAMINADO DE POLIETILENO COM BOLSOS. POSSUI MANGAS COMPRIDAS, CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE BOTÕES DE PRESSÃO E COSTURADA ATRAVÉS DE SOLDAS ELETRÔNICAS. ESPESSURA: 0,08MM. PROTEÇÃO DA CABEÇA, TRONCO E MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUÁRIO (VIDE MEDIDAS DAS CAPAS) CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE CHUVA E OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA. COR: TRANSPARENTE TAMANHO: GG -74/105/64	UN	76	38,00
17	CAPA DE CHUVA COM CAPUZ, REFORÇADA PROFISSIONAL. CAPA DE CHUVA COM CAPUZ, REFORÇADA PROFISSIONAL, TRANSPARENTE, IMPERMEÁVEL, GROSSA, CONFECCIONADA EM LAMINADO DE POLIETILENO COM BOLSOS. POSSUI MANGAS COMPRIDAS, CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE BOTÕES DE PRESSÃO E COSTURADA ATRAVÉS DE SOLDAS ELETRÔNICAS. ESPESSURA: 0,08MM. PROTEÇÃO DA CABEÇA, TRONCO E MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUÁRIO (VIDE MEDIDAS DAS CAPAS) CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE CHUVA E OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA. COR: TRANSPARENTE TAMANHO: M - 87/72/62	UN	76	38,00
18	CAPA DE CHUVA COM CAPUZ, REFORÇADA PROFISSIONAL. CAPA DE CHUVA COM CAPUZ, REFORÇADA PROFISSIONAL, TRANSPARENTE, IMPERMEÁVEL, GROSSA, CONFECCIONADA EM LAMINADO DE POLIETILENO COM BOLSOS. POSSUI MANGAS COMPRIDAS, CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE BOTÕES DE PRESSÃO E COSTURADA ATRAVÉS DE SOLDAS ELETRÔNICAS. ESPESSURA: 0,08MM. PROTEÇÃO DA CABEÇA, TRONCO E MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUÁRIO (VIDE	UN	76	38,00



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

	MEDIDAS DAS CAPAS) CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE CHUVA E OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA. COR: TRANSPARENTE TAMANHO: XG- 75/115/65			
19	CAPA DE CHUVA CONFECCIONADA EM VINIL. CAPA DE CHUVA CONFECCIONADA EM VINIL, MANGAS LONGAS, CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL COM QUATRO BOTÕES PLÁSTICOS DE PRESSÃO, COSTURAS ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA. TAMANHO: G OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	UN	76	69,00
20	CAPA DE CHUVA CONFECCIONADA EM VINIL. CAPA DE CHUVA CONFECCIONADA EM VINIL, MANGAS LONGAS, CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL COM QUATRO BOTÕES PLÁSTICOS DE PRESSÃO, COSTURAS ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA. TAMANHO: GG OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	UN	76	69,00
21	CAPA DE CHUVA CONFECCIONADA EM VINIL. CAPA DE CHUVA CONFECCIONADA EM VINIL, MANGAS LONGAS, CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL COM QUATRO BOTÕES PLÁSTICOS DE PRESSÃO, COSTURAS ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA. TAMANHO: M OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	UN	76	69,00
22	CAPA DE CHUVA CONFECCIONADA EM VINIL. CAPA DE CHUVA CONFECCIONADA EM VINIL, MANGAS LONGAS, CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL COM QUATRO BOTÕES PLÁSTICOS DE PRESSÃO, COSTURAS ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA. TAMANHO: XG OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	UN	76	69,00
23	CAPACETE DE SEGURANÇA. CAPACETE DE SEGURANÇA COM ABA FRONTAL, CLASSE "B" TIPO III; CASCO EM PLÁSTICO COM NERVURA EM "V" E FENDAS LATERAIS PARA ACOPLAGEM DE ACESSÓRIOS; SUSPENSÃO TIPO "FAS-TRAC" COMPOSTA DE CARNEIRA INJETADA EM PLÁSTICO, PEÇA ABSORVEDORA DE SUOR EM ESPUMA; COROA COMPOSTA DE DUAS CINTAS CRUZADAS MONTADAS EM 4 (QUATRO) "CLIPS" DE PLÁSTICO, COM REGULAGEM DE TAMANHO POR CREMALHEIRA; JUGULAR COM FIVELA DE ENGATE RÁPIDO E DOIS PONTOS DE APOIO; COR BRANCA OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	UN	20	21,90
24	CHAPÉU BEGE CLARO COM PROTEÇÃO DE PESCOÇO AUSTRALIANO. CHAPÉU BEGE CLARO COM PROTEÇÃO DE PESCOÇO AUSTRALIANO EM POLIÉSTER, COM PROTETOR DE NUCA FIXO.	UN	46	30,00



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

	POSSUI BOTÕES DE PRESSÃO NAS LATERAIS DA ABA E NO PROTETOR DE PESCOÇO PARA MUDAR O MODELO DE PESCADOR PARA CAÇADOR E SE PROTEGER CONTRA MUTUCAS, PERNILONGOS E MOSQUITOS EM GERAL. SE AJUSTA A QUALQUER CABEÇA, POIS DISPÕE DE UMA CORDINHA, PERMITINDO O CHAPÉU FICAR PRESO A ELA. PRODUTO COM SECAGEM RÁPIDA E EXCELENTE ACABAMENTO. ESPECIFICAÇÕES: MODELO: UNISSEX; MATERIAL: 100% POLIÉSTER; TAMANHO ÚNICO PARA ADULTO; CIRCUNFERÊNCIA TOTAL: 106 CM; DIÂMETRO TOTAL: 34 CM; DIÂMETRO INTERIOR: 18 CM; CIRCUNFERÊNCIA INTERIOR: 59 CM; COR: BEGE CLARO;			
25	CINTO DE SEGURANÇA PARA POSICIONAMENTO EM POSTE. CINTO DE SEGURANÇA PARA ELETRICISTA COM TALABARTE PARA POSICIONAMENTO EM POSTE; CINTO ABDOMINAL EM FITA DE POLIÉSTER PARA POSICIONAMENTO, COM 2 ARGOLAS LATERAIS EM "D", SUPORTE LOMBAR COM DESENHO ERGONÔMICO; TALABARTE EM FITA DE POLIÉSTER, UMA FIVELA PARA AJUSTE DE TAMANHO, DOIS MOSQUETÕES EM AÇO CROMADO COM ABERTURA DE 17MM, RESISTÊNCIA DE 25 KG, COMPRIMENTO MÁXIMO 1,80M OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	UN	4	230,00
26	COLETE REFLETIVO TIPO X. COLETE REFLETIVO TIPO X, PARA SINALIZAÇÃO DE ALTA VISIBILIDADE, NA COR LARANJA E VERDE CONFECCIONADO EM TECIDO 100% POLIÉSTER, COMBINADO RETRO REFLETIVO EM CONJUNTO COM MATERIAL FLUORESCENTE, FECHAMENTO FRONTAL EM FIVELA. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	UN	23	18,90
27	CREME PROTETOR SOLAR F-60 EMBALAGEM 200ML. CREME PROTETOR SOLAR F-60 EMBALAGEM 200ML, FATOR MÍNIMO DE PROTEÇÃO + EFICAZ: UVA + UVB BALANCEADO, PROTEÇÃO PROLONGADA, ULTRA RESISTENTE A ÁGUA DE 06 E SUOR, E 04 HORAS DE DURAÇÃO EM PELE SECA. FORMULA FOTO-ESTÁVEL, TEXTURA LEVE (OIL FREE), COM VITAMINA E. EMBALAGEM 200ML	UN	85	31,00
28	CREME PROTETOR SOLAR PARA PELE. CREME PROTETOR SOLAR PARA PELE; USO PROFISSIONAL; FATOR DE PROTEÇÃO SOLAR (FPS) 30 OU MAIOR; COM REPELENTE EFICAZ CONTRA AEDES AEGYPTI; APROVADO PELA ANVISA E MINISTÉRIO DA SAÚDE; BOMBONA DE 4 KG C/BICO DOSADOR.	UN	27	41,00
29	GUARDA-CHUVA. GUARDA-CHUVA (ISENTO DE	UN	65	34,00



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

	CA - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO), COM 55 CM DE COMPRIMENTO, COR PRETO (EXTERNO) E PRATA (INTERNO), SEMIAUTOMÁTICO, EM TECIDO 100% POLIÉSTER, COM 16 VARETAS DE METAL, HASTE PRETA E CABO EM MATERIAL ECOLÓGICO. POSSUIR PROTEÇÃO ANTI RAIOS ULTRAVIOLETAS, IDEAL PARA PROTEÇÃO DO USUÁRIO CONTRA O SOL E CHUVAS.			
30	LUVA DE SEGURANÇA. LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM FIBRAS SINTÉTICAS E FIBRAS NATURAIS, REVESTIMENTO DA FACE PALMAR, FACE PALMAR DOS DEDOS E PONTA DOS DEDOS EM BORRACHA VULCANIZADA; PUNHO COM FIBRAS ELÁSTICAS E ACABAMENTO EM FIBRAS SINTÉTICAS. POSSUI FORMATO ANATÔMICO, REDUZINDO A FADIGA MUSCULAR. RESISTÊNCIA TÉRMICA DE CONTATO ATÉ 250°C (COM INTERMITÊNCIA DE 15 SEGUNDOS). INDICAÇÕES DE USO: INDICADA EM TRABALHOS LEVES E MÉDIOS, PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS DOS TRABALHADORES CONTRA AGENTES MECÂNICOS E TÉRMICOS, NAS ATIVIDADES EM CANTEIROS DE OBRA, MANUSEIO E MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, VERGALHÕES, CORDAS, CABOS, MOVIMENTAÇÃO DE ANDAIMES, CARPINTARIA E MARCENARIA, ARMAÇÃO, ALVENARIA, COLOCAÇÃO DE TELHAS E AZULEJOS, COLETA DE RESÍDUOS, RECICLAGEM, AGRICULTURA, JARDINAGEM E PAISAGISMO, MANUTENÇÃO E USO GERAL. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	PAR	70	10,50
31	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO - TAMANHO G. MODELO PREMIUM QUALITY LÁTEX DE BORRACHA NATURAL- SUPERFÍCIE LISA -AMBIDESTRA -NÃO ESTÉRIL COM PÓ BI ABSORVÍVEL. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	CX	1.155	44,00
32	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO - TAMANHO M. MODELO PREMIUM QUALITY LÁTEX DE BORRACHA NATURAL- SUPERFÍCIE LISA -AMBIDESTRA -NÃO ESTÉRIL COM PÓ BI ABSORVÍVEL. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	CX	4.355	44,00
33	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO - TAMANHO P. MODELO PREMIUM QUALITY LÁTEX DE BORRACHA NATURAL- SUPERFÍCIE LISA -AMBIDESTRA -NÃO ESTÉRIL COM PÓ BI ABSORVÍVEL. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	CX	1.150	44,00
34	LUVA TÁTIL DE HELANCA BANHADA EM PU, FORMATO ANATÔMICO. LUVA TÁTIL DE	PAR	330	5,00



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

	HELANCA BANHADA EM PU, FORMATO ANATÔMICO E PUNHO ELÁSTICO. A LUVA É CONFECCIONADA EM NYLON, RECOBERTA COM BANHO DE POLIURETANO NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS E PONTA DOS DEDOS. PERMITE O MANUSEIO DE PEÇAS ÚMIDAS. DEVIDO AO SEU FORMATO ANATÔMICO E PUNHO ELÁSTICO, PROPORCIONA AJUSTE PERFEITO E CONFORTO SEM CAUSAR FADIGA DURANTE LONGOS PERÍODOS DE USO. COR: PRETA OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)			
35	MACACÃO MASCULINO OPERACIONAL PROFISSIONAL. MACACÃO MASCULINO OPERACIONAL PROFISSIONAL MANGA LONGA, CONFECCIONADO EM BRIM, TECIDO 100% ALGODÃO, COR CINZA, TAMANHO GG.	UN	20	120,00
36	MANGOTE DE RASPA COM ELÁSTICOS. MANGOTE DE RASPA COM ELÁSTICOS, TAMBÉM CONHECIDA POR MANGA DE RASPA PARA SOLDADOR, CONFECCIONADO EM RASPA DE COURO BOVINO CURTIDO AO CROMO, COSTURADO COM FIO 100% ALGODÃO. O MANGOTE DE RASPA POSSUI ELÁSTICOS PARA AJUSTE, UMA EM CADA LADO. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	PAR	50	39,00
37	MANGOTE DE RASPA COM FIVELAS. MANGOTE DE RASPA COM FIVELAS, TAMBÉM CONHECIDA POR MANGA DE RASPA PARA SOLDADOR, CONFECCIONADO EM RASPA DE COURO BOVINO CURTIDO AO CROMO, COSTURADO COM FIO 100% ALGODÃO OU ARAMIDA COM TIRAS EM RASPA PARA AJUSTE PRESAS POR FIVELAS METÁLICAS REFORÇADAS COM ROLETES E PINOS. O MANGOTE DE RASPA POSSUI FIVELAS METÁLICAS PARA AJUSTE, UMA EM CADA LADO, COM A ESPESSURA MÉDIA DE 1,50 MM E GRAMATURA 0,0815 GRAMAS/CM ² OU 0,815 KG/M ² . OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	PAR	20	39,00
38	MÁSCARA 3M PFF2 N95 AURA 9320 BR. DESCRIÇÃO: -MATERIAL DO FILTRO DE ALTO DESEMPENHO: 3M O MATERIAL AVANÇADO DO FILTRO ELECTRET AJUDA OS USUÁRIOS A RESPIRAR FACILMENTE ATRAVÉS DO RESPIRADOR PARA UMA PROTEÇÃO MAIS CONFORTÁVEL. -DESIGN EXCLUSIVO DE 3 PAINÉIS: ACOMODA MAIOR MOVIMENTO FACIAL DURANTE A FALA -PAINEL SUPERIOR EM RELEVO: REDUZ O EMBAÇAMENTO DOS ÓCULOS -PAINEL DE NARIZ ESCULPIDO: MELHORA A COMPATIBILIDADE COM OS ÓCULOS -...UMA NOVIDADE NO QUEIXO: PARA FACILITAR A	UN	3.010	4,20



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

	ADAPTAÇÃO E AJUSTE DO RESPIRADOR NA FACE - EMBALAGEM HIGIÊNICA: AJUDA A PROTEGER O RESPIRADOR CONTRA CONTAMINAÇÃO ANTES DO USO, TAMBÉM PERMITE ARMAZENAMENTO PRÁTICO E DISTRIBUIÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO. - AS FAIXAS DE CABEÇA CODIFICADAS POR CORES OFERECEM FÁCIL IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE PROTEÇÃO - CODIFICADAS POR CORES AZUIS: FFP2 (APF = 10) - O PAINEL ESCULPIDO DO NARIZ AJUDA A SE ADAPTAR AO NARIZ E AOS CONTORNOS DO ROSTO E AJUDA A MELHORAR A COMPATIBILIDADE COM OS ÓCULOS 3M - NÍVEL DE UTILIZAÇÃO MÁXIMO: ATÉ 12 X TLV OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)			
39	ÓCULOS DE SEGURANÇA JAGUAR VERDE ESCURO IR5. ÓCULOS DE SEGURANÇA JAGUAR VERDE ESCURO IR5, CONSTITUÍDO DE UM ARCO DE MATERIAL PLÁSTICO PRETO COM UM PINO CENTRAL E DUAS FENDAS NAS EXTREMIDADES UTILIZADAS PARA O ENCAIXE DE UM VISOR DE POLICARBONATO. - TESTADO E APROVADO DENTRO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE E DA NORMA ANSI.Z.87.1/2003; - LENTES CONFECCIONADAS EM POLICARBONATO; - LENTES COM TRATAMENTO ANTIRRISCO; - PROTEGEM CONTRA RAIOS UVA E UVB; - HASTES COM AJUSTES DE COMPRIMENTO; - SUPORTE NASAL CONFECCIONADO NO MESMO MATERIAL DA LENTE, ARREDONDADO, ADAPTÁVEL E CONFORTÁVEL; - LENTE COM CURVATURA LATERAL, AUMENTANDO O NÍVEL DE PROTEÇÃO. VERDE IR5 - FILTRAM ATÉ 99,9% DOS RAIOS UVA E UVB. - FILTRAM ATÉ 97,9% DOS RAIOS INFRAVERMELHOS. - ÓTIMO CONFORTO ÓPTICO NA EXPOSIÇÃO SOLAR. - UTILIZADO EM OPERAÇÕES COM EXPOSIÇÃO A LUMINOSIDADE INTENSA E NAS ÁREAS DE SOLDA OXIGÊNIO/ACETILENO E OXICORTE. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	UN	30	7,00
40	ÓCULOS DE SEGURANÇA. ÓCULOS DE SEGURANÇA CONSTITUÍDO DE ARMAÇÃO CONFECCIONADA EM UMA ÚNICA PEÇA DE TPE VERDE FLEXÍVEL, COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO INDIRETA COMPOSTO POR 04 (QUATRO) VÁLVULAS, VISOR ARTICULADO (BASCULANTE) COM ENCAIXE PARA DUAS LENTES REDONDAS DE 50 MM DE DIÂMETRO E AJUSTE POR MEIO DE TIRANTE ELÁSTICO. A ARMAÇÃO COBRE TODA A REGIÃO EM TORNO DOS OLHOS. POSSUI FILTRO DE LUZ VERDE DE TONALIDADE W5 E LENTE DE PROTEÇÃO	UN	50	16,00



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

	INCOLOR COM PROTEÇÃO UV. INDICADO PARA TRABALHOS EM CONSTRUÇÃO CIVIL, INDÚSTRIA EM GERAL, MINERAÇÃO, OU APLICAÇÕES ONDE SEJA NECESSÁRIA A PROTEÇÃO DOS OLHOS CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS VOLANTES, LUMINOSIDADE INTENSA E PARA ATIVIDADES DE SOLDA OXIACETILENO. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)			
41	ÓCULOS DE SEGURANÇA. ÓCULOS DE SEGURANÇA, MODELO CONVENCIONAL, CONSTITUÍDO DE ARMAÇÃO E SUPORTE PLÁSTICO COM REVESTIMENTO DE ESPUMA NA PARTE INTERNA; SOBRE A ARMAÇÃO É ACOPLADA OUTRA ARMAÇÃO NA QUAL SÃO FIXADAS AS LENTES DE POLICARBONATO INCOLOR. O AJUSTE À FACE ATRAVÉS DE TIRANTE ELÁSTICO OU HASTES TIPO ESPÁTULA, PRESAS NA ARMAÇÃO POR MEIO DE PARAFUSOS METÁLICOS. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	UN	80	9,00
42	PAR DE BOTA CANO LONGO PADRÃO BOMBEIROS, Nº38. PAR DE BOTA CANO LONGO PADRÃO BOMBEIROS, Nº38 OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	PAR	16	90,00
43	PAR DE BOTA CANO LONGO PADRÃO BOMBEIROS, Nº39. PAR DE BOTA CANO LONGO PADRÃO BOMBEIROS, Nº39 OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	PAR	26	90,00
44	PAR DE BOTA CANO LONGO PADRÃO BOMBEIROS, Nº40. PAR DE BOTA CANO LONGO PADRÃO BOMBEIROS, Nº40 OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	PAR	26	90,00
45	PAR DE BOTA CANO LONGO PADRÃO BOMBEIROS, Nº41. PAR DE BOTA CANO LONGO PADRÃO BOMBEIROS, Nº41 OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	PAR	26	90,00
46	PAR DE BOTA CANO LONGO PADRÃO BOMBEIROS, Nº42. PAR DE BOTA CANO LONGO PADRÃO BOMBEIROS, Nº42 OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	PAR	26	90,00
47	PAR DE BOTA CANO LONGO PADRÃO BOMBEIROS, Nº43. PAR DE BOTA CANO LONGO PADRÃO BOMBEIROS, Nº43 OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	PAR	26	90,00
48	PAR DE BOTA CANO LONGO PADRÃO BOMBEIROS, Nº44. PAR DE BOTA CANO LONGO PADRÃO BOMBEIROS, Nº44 OBRIGATÓRIO	PAR	26	90,00



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

	POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)			
49	PAR DE BOTA OCUPACIONAL. PAR DE BOTA OCUPACIONAL, EM CANO LONGO, COM CABEDAL NA COR AZUL E SOLADO NA COR AMARELA, ACESSÓRIO AMARRA NA COR AMARELA, IMPERMEÁVEL, SOLADO ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A ÓLEO COMBUSTÍVEL, DE USO PROFISSIONAL, CONFECCIONADA EM POLICLORETO DE VINILA (PVC), INJETADA EM UMA PEÇA SÓ. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	PAR	116	89,00
50	PAR DE BOTAS OCUPACIONAL BRANCA Nº 35. PAR DE BOTAS OCUPACIONAL BRANCA, CANO MÉDIO TIPO C, CLASSIFICAÇÃO II, IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL POLIMÉRICO (PVC), COM FORRAÇÃO INTERNA. INDICADA PARA QUEM TRABALHA EM ABATEDOUROS E FRIGORÍFICOS, PODENDO ATENDER TAMBÉM OS SEGMENTOS AGRÍCOLA, ALIMENTÍCIO, HOSPITALAR, LABORATÓRIOS, SAÚDE E SERVIÇOS GERAIS. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO). TAMANHO: Nº 35	PAR	10	80,00
51	PAR DE BOTAS OCUPACIONAL BRANCA Nº 36. PAR DE BOTAS OCUPACIONAL BRANCA, CANO MÉDIO TIPO C, CLASSIFICAÇÃO II, IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL POLIMÉRICO (PVC), COM FORRAÇÃO INTERNA. INDICADA PARA QUEM TRABALHA EM ABATEDOUROS E FRIGORÍFICOS, PODENDO ATENDER TAMBÉM OS SEGMENTOS AGRÍCOLA, ALIMENTÍCIO, HOSPITALAR, LABORATÓRIOS, SAÚDE E SERVIÇOS GERAIS. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO). TAMANHO: Nº 36	PAR	20	80,00
52	PAR DE BOTAS OCUPACIONAL BRANCA Nº 37. PAR DE BOTAS OCUPACIONAL BRANCA, CANO MÉDIO TIPO C, CLASSIFICAÇÃO II, IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL POLIMÉRICO (PVC), COM FORRAÇÃO INTERNA. INDICADA PARA QUEM TRABALHA EM ABATEDOUROS E FRIGORÍFICOS, PODENDO ATENDER TAMBÉM OS SEGMENTOS AGRÍCOLA, ALIMENTÍCIO, HOSPITALAR, LABORATÓRIOS, SAÚDE E SERVIÇOS GERAIS. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO). TAMANHO: Nº 37	PAR	20	80,00
53	PAR DE BOTAS OCUPACIONAL BRANCA Nº 38. PAR DE BOTAS OCUPACIONAL BRANCA, CANO MÉDIO TIPO C, CLASSIFICAÇÃO II, IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL POLIMÉRICO (PVC), COM FORRAÇÃO INTERNA. INDICADA PARA QUEM TRABALHA EM ABATEDOUROS E	PAR	10	80,00



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

	FRIGORÍFICOS, PODENDO ATENDER TAMBÉM OS SEGMENTOS AGRÍCOLA, ALIMENTÍCIO, HOSPITALAR, LABORATÓRIOS, SAÚDE E SERVIÇOS GERAIS. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO). TAMANHO: Nº 38			
54	PAR DE BOTAS OCUPACIONAL BRANCA Nº 39. PAR DE BOTAS OCUPACIONAL BRANCA, CANO MÉDIO TIPO C, CLASSIFICAÇÃO II, IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL POLIMÉRICO (PVC), COM FORRAÇÃO INTERNA. INDICADA PARA QUEM TRABALHA EM ABATEDOUROS E FRIGORÍFICOS, PODENDO ATENDER TAMBÉM OS SEGMENTOS AGRÍCOLA, ALIMENTÍCIO, HOSPITALAR, LABORATÓRIOS, SAÚDE E SERVIÇOS GERAIS. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO). TAMANHO: Nº 39	PAR	30	80,00
55	PAR DE BOTAS OCUPACIONAL BRANCA Nº 40. PAR DE BOTAS OCUPACIONAL BRANCA, CANO MÉDIO TIPO C, CLASSIFICAÇÃO II, IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL POLIMÉRICO (PVC), COM FORRAÇÃO INTERNA. INDICADA PARA QUEM TRABALHA EM ABATEDOUROS E FRIGORÍFICOS, PODENDO ATENDER TAMBÉM OS SEGMENTOS AGRÍCOLA, ALIMENTÍCIO, HOSPITALAR, LABORATÓRIOS, SAÚDE E SERVIÇOS GERAIS. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO). TAMANHO: Nº 40	PAR	20	80,00
56	PAR DE BOTAS OCUPACIONAL BRANCA Nº 41. PAR DE BOTAS OCUPACIONAL BRANCA, CANO MÉDIO TIPO C, CLASSIFICAÇÃO II, IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL POLIMÉRICO (PVC), COM FORRAÇÃO INTERNA. INDICADA PARA QUEM TRABALHA EM ABATEDOUROS E FRIGORÍFICOS, PODENDO ATENDER TAMBÉM OS SEGMENTOS AGRÍCOLA, ALIMENTÍCIO, HOSPITALAR, LABORATÓRIOS, SAÚDE E SERVIÇOS GERAIS. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO). TAMANHO: Nº 41	PAR	10	80,00
57	PAR DE BOTAS OCUPACIONAL BRANCA Nº 42. PAR DE BOTAS OCUPACIONAL BRANCA, CANO MÉDIO TIPO C, CLASSIFICAÇÃO II, IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL POLIMÉRICO (PVC), COM FORRAÇÃO INTERNA. INDICADA PARA QUEM TRABALHA EM ABATEDOUROS E FRIGORÍFICOS, PODENDO ATENDER TAMBÉM OS SEGMENTOS AGRÍCOLA, ALIMENTÍCIO, HOSPITALAR, LABORATÓRIOS, SAÚDE E SERVIÇOS GERAIS. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO). TAMANHO: Nº 42	PAR	10	80,00
58	PAR DE CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO TÊNIS. PAR DE CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO TÊNIS	PAR	26	65,00



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

	COM SOLADO EMBORRACHADO, Nº44 OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)			
59	PAR DE CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO TÊNIS. PAR DE CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO TÊNIS COM SOLADO EMBORRACHADO, Nº36 OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	PAR	16	65,00
60	PAR DE CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO TÊNIS. PAR DE CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO TÊNIS COM SOLADO EMBORRACHADO, Nº37 OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	PAR	16	65,00
61	PAR DE CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO TÊNIS. PAR DE CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO TÊNIS COM SOLADO EMBORRACHADO, Nº38 OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	PAR	16	65,00
62	PAR DE CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO TÊNIS. PAR DE CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO TÊNIS COM SOLADO EMBORRACHADO, Nº39 OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	PAR	26	65,00
63	PAR DE CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO TÊNIS. PAR DE CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO TÊNIS COM SOLADO EMBORRACHADO, Nº40 OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	PAR	26	65,00
64	PAR DE CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO TÊNIS. PAR DE CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO TÊNIS COM SOLADO EMBORRACHADO, Nº41 OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	PAR	26	65,00
65	PAR DE CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO TÊNIS. PAR DE CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO TÊNIS COM SOLADO EMBORRACHADO, Nº42 OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	PAR	26	65,00
66	PAR DE CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO TÊNIS. PAR DE CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO TÊNIS COM SOLADO EMBORRACHADO, Nº43 OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	PAR	26	65,00
67	PAR DE LUVAS DE BORRACHA NITRÍLICA (TAMANHO G). PAR DE LUVAS DE BORRACHA NITRÍLICA (TAMANHO G) ESPECIFICAÇÃO: - CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA,	PAR	170	22,00



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

	FINA; - AMBIDESTRA, SEM AMIDO DE MILHO, ANTIALÉRGICO, PALMA ANTIDERRAPANTE, TEXTURIZADA, AMBIDESTRA; - DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO; - ACOMPANHADO DE CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA);			
68	PAR DE LUVAS DE BORRACHA NITRÍLICA (TAMANHO M). PAR DE LUVAS DE BORRACHA NITRÍLICA (TAMANHO M) ESPECIFICAÇÃO: - CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA, FINA; - AMBIDESTRA, SEM AMIDO DE MILHO, ANTIALÉRGICO, PALMA ANTIDERRAPANTE, TEXTURIZADA, AMBIDESTRA; - DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO; - ACOMPANHADO DE CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA);	PAR	170	22,00
69	PAR DE LUVAS DE BORRACHA NITRÍLICA (TAMANHO P). PAR DE LUVAS DE BORRACHA NITRÍLICA (TAMANHO P) ESPECIFICAÇÃO: - CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA, FINA; - AMBIDESTRA, SEM AMIDO DE MILHO, ANTIALÉRGICO, PALMA ANTIDERRAPANTE, TEXTURIZADA, AMBIDESTRA; - DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO; - ACOMPANHADO DE CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA);	PAR	170	22,00
70	PAR DE LUVAS DE BORRACHA NITRÍLICA (TAMANHO XG). PAR DE LUVAS DE BORRACHA NITRÍLICA (TAMANHO XG) ESPECIFICAÇÃO: - CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA, FINA; - AMBIDESTRA, SEM AMIDO DE MILHO, ANTIALÉRGICO, PALMA ANTIDERRAPANTE, TEXTURIZADA, AMBIDESTRA; - DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO; - ACOMPANHADO DE CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA);	PAR	90	22,00
71	PAR DE LUVAS DE RASPA, PUNHO 07 CM. PAR DE LUVAS DE RASPA, PUNHO 07 CM, CONFECCIONADA INTEGRALMENTE EM RASPA GRUPON AO CROMO; TOTALMENTE SEM DEFEITOS COMO CORTES OU FUROS NO COURO, PARTES DO COURO DIVERGINDO EM ESPESSURA E QUALIDADE, NÃO PODEM APRESENTAR PARTES DEFORMADAS NEM COSTURAS ABERTAS OU IRREGULARES; DEVERÃO SER FLEXÍVEIS E MACIAS E; MODELO GUNN OU MONTPELIER; UNIÃO DA FACE PALMAR COM A DORSAL POR MEIO DE COSTURA INTERNA; COM LINHA EM FIO DE NYLON; TAMANHO G. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	PAR	60	15,00
72	PAR DE LUVAS DE RASPA, PUNHO 20 CM. PAR DE LUVAS DE RASPA, PUNHO 20 CM, CONFECCIONADA INTEGRALMENTE EM RASPA GRUPON AO CROMO; NÃO DEVERÁ APRESENTAR CORTES OU FUROS NO COURO, PARTES DO COURO DIVERGINDO EM ESPESSURA E QUALIDADE, DEVERÃO SER FLEXÍVEIS E MACIAS E NÃO PODEM APRESENTAR PARTES DEFORMADAS, NEM COSTURAS ABERTAS OU	PAR	50	20,00



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

	IRREGULARES; MODELO GUNN OU MONTPELIER; UNIÃO DA FACE PALMAR COM A DORSAL POR MEIO DE COSTURA INTERNA; COM LINHA EM FIO DE NYLON. TAMANHO G. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)			
73	PAR DE LUVAS DE SOLDADOR DESENVOLVIDA EM RASPA/COURO. PAR DE LUVAS DE SOLDADOR DESENVOLVIDA EM RASPA/COURO COM DUPLO REVESTIMENTO: FORRO DE ALGODÃO E PUNHO EM TELA DE ALGODÃO 300G/M ² . CORTE AMERICANO COM COSTURAS EM FIOS DE KEVLAR. TRATAMENTO ANTI-CALOR (THT). PROTEÇÃO TÉRMICA DE ATÉ 350 °C. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	PAR	15	20,00
74	PAR DE LUVAS TÉRMICAS CORAL ALGODÃO COM BANHO DE LÁTEX TAM. PAR DE LUVAS TÉRMICAS CORAL ALGODÃO COM BANHO DE LÁTEX IMPERMEÁVEL. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO). TAMANHO: G	PAR	30	70,00
75	PERNEIRA COM VELCRO. PERNEIRA COM VELCRO, CONFECCIONADA EM COURO SINTÉTICO (BIDIM) DE 15 MM DE ESPESSURA, FORRADA INTERNAMENTE, COM VELCRO PARA A FIXAÇÃO DA PERNEIRA, CONTENDO TRÊS LÂMINAS DE AÇO, NA PARTE FRONTAL DA PERNEIRA, DE 16 MM DE COMPRIMENTO E 0,6 MM DE ESPESSURA. POSSUIR MÍNIMO TRÊS FUROS LATERAIS PARA RESPIRO. MEDIDAS: 40CM DE COMPRIMENTO NA FRENTE, 20CM DE COMPRIMENTO ATRÁS, 9CM DE COMPRIMENTO SOBRE O METATARSO, 15MM DE ESPESSURA E 40 CM DE CIRCUNFERÊNCIA. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	PAR	50	38,00
76	PERNEIRA DE RASPA COM FIVELA. PERNEIRA DE RASPA COM FIVELA, RASPA COM VELCRO, CONFECCIONADA EM RASPA DE COURO BOVINO CURTIDO AO CROMO, COSTURADO COM FIO 100% ALGODÃO OU ARAMIDA, COM FECHAMENTO EM VELCRO. PROTETOR DE METATARSO EM RASPA. ESPESSURA MÉDIA DE 1,50 MM E GRAMATURA 0,0815 GRAMAS/CM ² OU 0,815 KG/M ² . UTILIZADA PARA PROTEÇÃO DOS MEMBROS INFERIORES DO USUÁRIO CONTRA LESÕES POR AGENTES ABRASIVOS E ESCORIANTE. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	PAR	60	40,00
77	PROTETOR AUDITIVO CIRCUM-AURICULAR. PROTETOR AUDITIVO CIRCUM-AURICULAR,	UN	80	2,50



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

	CONSTITUÍDO DE 2 (DUAS) CONCHAS EM PLÁSTICO, RESISTENTE A CHOQUES MECÂNICOS, REVESTIDO COM ESPUMA ANTIRRUÍDO, ALMOFADAS DESMONTÁVEIS EM SUAS LATERAIS E NO INTERIOR DAS CONCHAS; HASTES LATERAIS CONSTITUÍDAS DE METAL E PRESSÃO DO ARCO SOBRE A CABEÇA COM AJUSTE DESLIZANTE; NÍVEL DE REDUÇÃO DE RUÍDO NRRSF DE 22 DB(A) OU SUPERIOR. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)			
78	PROTETOR AUDITIVO TIPO PLUG. PROTETOR AUDITIVO TIPO PLUG, CONFECCIONADO EM SILICONE 03 FLANTES, TIPO INSERÇÃO, TAMANHO ÚNICO, MOLDÁVEL A DIFERENTES CANAIS AUDITIVOS, COR LARANJA, COM CORDÃO EM ALGODÃO ATENUAÇÃO MÍNIMA DE 17 DBS. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	UN	150	2,70
79	PROTETOR FACIAL INCOLOR, CONSTITUÍDO DE CARNEIRA PLÁSTICA. PROTETOR FACIAL INCOLOR, CONSTITUÍDO DE CARNEIRA PLÁSTICA, COM REGULAGEM DE TAMANHO ATRAVÉS DE AJUSTES SIMPLES, ACOPLADO À COROA, POR MEIO DE DOIS PARAFUSOS PLÁSTICOS E VISOR DE POLICARBONATO INCOLOR, COM PROXIMIDADE 200 MM DE LARGURA E 200 MM DE ALTURA. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	UN	75	50,00
80	REPELENTE DE INSETOS ADULTO. REPELENTE DE INSETOS ADULTO- GRAU 02, (INCLUSIVE CONTRA O AEDES AEGYPTI); PRINCÍPIO ATIVO IR3535, ICARIDINA 20 A 25% OU DEET (DIETHYL TOLUAMIDE); DERMATOLOGICAMENTE TESTADO; HIPOALERGÊNICO; SUAVE FRAGRÂNCIA; SENSAÇÃO REFRESCANTE; COM CAMOMILA E ALOE VERA; NÃO OLEOSO; EMBALAGEM EM FRASCO DE PLÁSTICO COM VÁLVULA TIPO "SPRAY" DE 100 ML.	UN	145	25,00
81	RESPIRADOR (MÁSCARA) PURIFICADOR DE AR PARA PARTÍCULAS. RESPIRADOR (MÁSCARA) PURIFICADOR DE AR PARA PARTÍCULAS, PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE (PFF1); FORMATO CONCHA OU ANATÔMICO; SOLDADO TERMICAMENTE EM TODO PERÍMETRO; POSSUI CAMADAS DE MICROFIBRAS SINTÉTICAS TRATADAS ELETROSTATICAMENTE; DOIS GRAMPOS METÁLICOS EM CADA LATERAL DA PEÇA, POR ONDE PASSAM TIRANTES ELÁSTICOS; POSSUI TIRA DE ESPUMA NA PARTE SUPERIOR INTERNA E TIRA DE MATERIAL METÁLICO MOLDÁVEL NA PARTE SUPERIOR EXTERNA. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE	UN	120	2,20



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

	APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)			
82	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR DE SEGURANÇA. RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR DE SEGURANÇA TIPO PEÇA 1/4 FACIAL CONFECCIONADO COM TECNOLOGIA ALCRYN, COM 2 CARTUCHOS INCLUSOS - CMC-1: VAPOR ORGÂNICO (VO) + GÁS ÁCIDO (GA), IDEAL PARA ATIVIDADES COMO PINTURA A BASE DE ÁGUA, SOLVENTES E DIVERSOS GASES ÁCIDOS. ARANHA COM 4 PONTOS DE FIXAÇÃO, UMA VÁLVULA DE EXALAÇÃO, QUEIXEIRA INTERNA, DUAS ENTRADAS PARA FILTROS QUÍMICOS E MECÂNICOS. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	UN	1.110	100,00
83	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE. RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE PARA PARTÍCULAS (PFF2); FORMATO CONCHA; SOLDADO TERMICAMENTE EM TODO SEU PERÍMETRO; POSSUI CAMADAS DE MICROFIBRAS SINTÉTICAS TRATADAS ELETROSTATICAMENTE E CAMADA DE MICROFIBRA COM PARTÍCULAS DE CARVÃO ATIVO; DOIS GRAMPOS METÁLICOS EM CADA LATERAL DA PEÇA, POR ONDE PASSAM TIRANTES ELÁSTICOS; TIRA DE ESPUMA NA PARTE SUPERIOR INTERNA E TIRA DE MATERIAL METÁLICO MOLDÁVEL NA PARTE SUPERIOR EXTERNA; POSSUI DISPOSITIVO DE VÁLVULA DE EXALAÇÃO NA PARTE CENTRAL. OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	UN	120	2,00
84	VESTIMENTA IMPERMEÁVEL PARA APLICAÇÃO DE AGROTÓXICO. VESTIMENTA IMPERMEÁVEL, CONJUNTO DE SEGURANÇA PARA APLICAÇÃO DE AGROTÓXICO, COMPOSTA POR BLUSA E CALÇA, AVENTAL, BONÉ, MATERIAL CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO HIDRO-REPELENTE OU MISTO COM POLIÉSTER ATÉ 65% COM MANGA LONGA E CAPUZ. TAMANHO EXG OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	KIT	40	150,00
85	VESTIMENTA IMPERMEÁVEL PARA APLICAÇÃO DE AGROTÓXICO. VESTIMENTA IMPERMEÁVEL, CONJUNTO DE SEGURANÇA PARA APLICAÇÃO DE AGROTÓXICO, COMPOSTA POR BLUSA E CALÇA, AVENTAL, BONÉ, MATERIAL CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO HIDRO-REPELENTE OU MISTO COM POLIÉSTER ATÉ 65% COM MANGA LONGA E CAPUZ. TAMANHO G OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	KIT	40	150,00



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

86	VESTIMENTA IMPERMEÁVEL PARA APLICAÇÃO DE AGROTÓXICO. VESTIMENTA IMPERMEÁVEL, CONJUNTO DE SEGURANÇA PARA APLICAÇÃO DE AGROTÓXICO, COMPOSTA POR BLUSA E CALÇA, AVENTAL, BONÉ, MATERIAL CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO HIDRO-REPELENTE OU MISTO COM POLIÉSTER ATÉ 65% COM MANGA LONGA E CAPUZ. TAMANHO GG OBRIGATÓRIO POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO)	KIT	40	150,00
----	--	-----	----	--------

1.2 O custo estimado total da contratação é de R\$ 589.417,10 (quinhentos e oitenta e nove mil quatrocentos e dezessete reais com dez centavos), conforme custos unitários apostos nas tabelas acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A fundamentação da contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº14.133/21.

5. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento desse exercício financeiro.

5.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

ORGÃO/UNIDADE:	Secretaria de Obras e Trânsito, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação.			
PROJ/ATIV/OE	PROGRAMA DE TRABALHO	CATEGORIA	RECURSO STN	RUBRICA
2019	5	339030	500	1381
2014	5	339030	500	79
2016	6	339030	500	964
2022	9	339030	500	1666
2074	24	339030	669	510
2042	12	339030	500	136
2029	12	339030	500	2686
2032	12	339030	500	1813

5.1.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a) Os equipamentos, materiais e/ou produtos serão solicitados conforme a necessidade da Administração e deverão ser entregues nas datas, nos locais e quantidades solicitadas, sendo designadas para o recebimento o servidor responsável de cada Secretaria, a entrega deverá acontecer no horário de funcionamento;
- b) O prazo para a entrega dos equipamentos, materiais e/ou produtos é de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota de empenho;
- c) O horário de entrega dos equipamentos, materiais e/ou produtos será: turno da manhã das 08h às 11h e à tarde das 13h às 17h;
- d) Os equipamentos, materiais e/ou produtos devem conter as instruções técnicas no idioma nacional, orientando sua utilização, manutenção, restrição e demais referências ao seu uso, além do número do lote de fabricação;
- e) Os equipamentos, materiais e/ou produtos devem estar, no que couber, em conformidade junto aos órgãos anuentes (ABNT, INMETRO, IBAMA, etc) e fornecer as informações referentes aos processos de limpeza e higienização, indicando quando for o caso, o número de higienizações acima do qual é necessário proceder à revisão ou à substituição do equipamento, a fim de garantir que os mesmos mantenham as características de proteção original;
- f) O descarregamento dos equipamentos, materiais e/ou produtos ficará a cargo da CONTRATADA, devendo ser providenciada a mão de obra necessária;
- g) Os equipamentos, materiais e/ou produtos entregues deverão estar compatíveis com a marca e modelo ofertados na proposta;
- h) Não serão recebidos materiais com marca diversa da apresentada na proposta adjudicada.
- i) Fornece EPIs de qualidade com o CA (Certificado de Aprovação) válido para os itens que for necessário;
- j) Após o recebimento provisório dos equipamentos, materiais e/ou produtos, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, será verificada, por cada Secretaria responsável, a conformidade do material proposto e entregue com as especificações contidas no edital da licitação;
- k) Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, os equipamentos, materiais e/ou produtos, deverão ser substituídos, por conta e ônus da CONTRATADA, em no máximo 02 (dois) dias úteis, não considerados como prorrogação do prazo de entrega;
- l) O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade dos equipamentos, materiais e/ou produtos, fornecidos cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto, quando da utilização desse material;
- m) Os equipamentos, materiais e/ou produtos, deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos no objeto, sendo que aqueles considerados inadequados serão devolvidos, devendo ser substituídos e o pagamento correspondente ficará suspenso, até sua regularização de forma integral, sem prejuízo da aplicação das penalidades pelo atraso inicial.
- n) Entendem-se por equipamentos, materiais e/ou produtos inadequados aqueles que apresentarem-se com inferior qualidade, e/ou fora das especificações exigidas e/ou deteriorações e/ou com indícios de violação.
- o) Deverão estar inclusos no preço todos os custos e despesas necessários ao cumprimento do objeto, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, fretes, seguros, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

7. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

7.1 A demanda da Administração tem como base as características delimitadas no tópico MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADOS

8.1 O(s) fornecedor(es) será(ão) selecionado(s) por meio da realização de procedimento de Pregão Eletrônico, com base na Lei Federal nº14.133/2021, que culminará com a seleção da(s) proposta(s) de menor preço.

8.2 Para fins de contratação, deverá(ão) o(s) fornecedor(es) detentor(es) da menor proposta, comprovar o atendimento aos requisitos de habilitação exigidos no edital.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

9.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.1.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) Gestor(es) e Fiscal(is) do Contrato, ou pelos respectivos substitutos.

9.1.4 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.1.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

9.1.6 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.1.7 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela Administração, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.8 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

9.1.9 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

9.1.10 O contratado, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.1.11 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

9.1.12 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.1.13 As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.1.14 A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

10.1 A avaliação da execução do objeto observará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) Deixar de utilizar/entregar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

a) Não produziu os resultados acordados;

b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

[nome da empresa], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxxxxx], para fins do disposto no Edital Pregão Eletrônico n.º ____/2023, credencia o (a) Sr (a). _____, portador (a) de Documento de Identidade com RG n.º _____, para participar em procedimento licitatório, podendo praticar todos os atos inerentes ao referido procedimento, no que diz respeito aos interesses da representada.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, ____ de _____ de 2023.

Nome da empresa
Nome do representante legal da empresa
Assinatura representante legal da empresa

Obs.: 1. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO
AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

[nome da empresa], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxxxxx], para fins do disposto no Edital Pregão Eletrônico n.º ____/2023, DECLARA ao Município de Doutor Ricardo - RS, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do referido Edital, se comprometendo a entregar os objetos e/ou a prestar os serviços que lhe forem adjudicados conforme a descrição do Termo de Referência - ANEXO I deste edital.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, ____ de _____ de 2023.

Nome da empresa
Nome do representante legal da empresa
Assinatura representante legal da empresa



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO
MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**

[nome da empresa], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxxxxx], para fins do disposto no Edital Pregão Eletrônico n.º ____/2023, DECLARA ao Município de Doutor Ricardo - RS, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) estabelecidos pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, caso seja declarada vencedora do certame.

Declara, mais, sob as penalidades desta Lei, ser:

MICROEMPRESA - Receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais.

EMPRESA DE PEQUENO PORTE - Receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais.

Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas na Lei Federal nº14.133/2021. (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima) O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, ____ de _____ de 2023.

Nome da empresa
Nome do representante legal da empresa
Assinatura representante legal da empresa



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

[nome da empresa], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxx], para fins de participação no Pregão Eletrônico nº ____/2023, DECLARA ao Município Doutor Ricardo - RS, sob as penas da Lei, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº14.133/2021, de 1º de abril de 2021, acrescido pela Lei Federal nº9.854, de 27 de outubro de 1999, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, ____ de _____ de 2023.

Nome da empresa
Nome do dirigente da empresa
Assinatura do dirigente da empresa



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

[nome da empresa], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxx], para fins do disposto no Edital Pregão Eletrônico nº ____/2023, DECLARA ao Município de Doutor Ricardo - RS, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea nem suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso III, do artigo 156 da Lei Federal nº14.133/2021 e suas alterações, bem como comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos para cadastramento, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, ____ de _____ de 2023.

Nome da empresa
Nome do dirigente da empresa
Assinatura do dirigente da empresa



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO VII

**MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO
SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA**

[nome da empresa], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxx], para fins do disposto no Edital Pregão Eletrônico nº ____/2023, DECLARA ao Município de Doutor Ricardo - RS, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (conforme Lei Federal nº14.133/2021) e que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento à vedação disposta no artigo 18, XII da Lei Federal nº12.708/2012.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, ____ de _____ de 2023.

Nome da empresa
Nome do dirigente da empresa
Assinatura do dirigente da empresa



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO VIII
MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

Dados bancários:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	QUANT.	UNL.	MARCA	VALOR UNIT.
01					
02					
03					

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Declaramos que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, bem como, todos e quaisquer tributos, contribuições e encargos sociais, e todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, ferramentas, lucro, seguros e demais encargos, enfim todos os custos diretos e indiretos necessários à execução completa discriminados no Termo de Referência e especificações **(ANEXO I)**.

_____, ____ de _____ de 2023.

Nome da empresa
Nome do dirigente da empresa
Assinatura do dirigente da empresa



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO IX

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ___/2023
ORIUNDO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 153/2023
DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023**

O MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO-RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.613.360/0001-21, com sede na RS/332, no Km 21, nº 3.699, neste município, representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. ALVARO JOSÉ GIACOBBO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Doutor Ricardo – RS, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), pessoa jurídica de direito privado, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, com sede na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, e em observância às disposições da Lei Federal nº14.133/2021 e Decreto Municipal nº040, de 03 de maio de 2023, resolvem registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é o **Registro de Preços para eventual e futura, aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2023.

1.2 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.2.2 O Edital de Licitação

1.2.3 A Proposta do Contratado; e

1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNI.	MARCA	VALOR UNIT.
01					
02					
03					

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, em razão da capacidade de gerenciamento, atos de controle e administração do órgão acerca do SRP.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano, contados do início de vigência do Contrato, prorrogável por igual período.

4.1.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, comparado ao



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

preço praticado pelo mercado, o que será atestado mediante pesquisa de preços atualizada, na forma do Artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e conforme Artigos 26 a 33 do Decreto Municipal nº040/2023.

4.2 A prorrogação será realizada por apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA - ALTERAÇÕES DOS QUANTITATIVOS

5.1 Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina dos Artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

5.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Artigo 136 da Lei Federal nº14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do Artigo 87 do Decreto nº 040/2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.3 Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou serviços tabelados por órgãos oficiais competentes, os preços registrados poderão ser reequilibrados em conformidade com as modificações ocorridas, conforme restar efetivamente demonstrado.

6.3.1 Na hipótese prevista acima deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época.

6.3.2 O disposto no 7.3 aplica-se, igualmente, aos casos de incidência de novos impostos ou taxas ou de alteração das alíquotas dos já existentes, ou fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, de consequências incalculáveis que impactem no custo do fornecedor, devendo o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ser analisado na forma do Artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

I - Pela Administração, quando:

a) O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços.

b) O fornecedor recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, se a Administração não aceitar sua justificativa.

c) O fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços.

d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

f) Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

II - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

8.2 A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração, se apresentada com antecedência de 05 (cinco) dias úteis da data da convocação para firmar contrato de fornecimento ou de prestação de serviços pelos preços registrados, ou da emissão do empenho (nos casos de dispensa da formalização do contrato) facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - MODELOS DE EXECUÇÃO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

a) Os equipamentos, materiais e/ou produtos serão solicitados conforme a necessidade da Administração e deverão ser entregues nas datas, nos locais e quantidades solicitadas, sendo designadas para o recebimento o servidor responsável de cada Secretaria, a entrega deverá acontecer no horário de funcionamento;

b) O prazo para a entrega dos equipamentos, materiais e/ou produtos é de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota de empenho;

c) O horário de entrega dos equipamentos, materiais e/ou produtos será: turno da manhã das 08h às 11h e à tarde das 13h às 17h;

d) Os equipamentos, materiais e/ou produtos devem conter as instruções técnicas no idioma nacional, orientando sua utilização, manutenção, restrição e demais referências ao seu uso, além do número do lote de fabricação;

e) Os equipamentos, materiais e/ou produtos devem estar, no que couber, em conformidade junto aos órgãos anuentes (ABNT, INMETRO, IBAMA, etc) e fornecer as informações referentes aos processos de limpeza e higienização, indicando quando for o caso, o número de higienizações acima do qual é necessário proceder à revisão ou à substituição do equipamento, a fim de garantir que os mesmos mantenham as características de proteção original;

f) O descarregamento dos equipamentos, materiais e/ou produtos ficará a cargo da CONTRATADA, devendo ser providenciada a mão de obra necessária;

g) Os equipamentos, materiais e/ou produtos entregues deverão estar compatíveis com a marca e modelo ofertados na proposta;

h) Não serão recebidos materiais com marca diversa da apresentada na proposta adjudicada.

i) Fornece EPI's de qualidade com o CA (Certificado de Aprovação) válido para os itens que for necessário;

j) Após o recebimento provisório dos equipamentos, materiais e/ou produtos, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, será verificada, por cada Secretaria responsável, a conformidade do material proposto e entregue com as especificações contidas no edital da licitação;

k) Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, os equipamentos, materiais e/ou produtos, deverão ser substituídos, por conta e ônus da CONTRATADA, em no máximo 02 (dois) dias úteis, não considerados como prorrogação do prazo de entrega;

l) O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade dos equipamentos, materiais e/ou produtos, fornecidos cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto, quando da utilização desse material;

m) Os equipamentos, materiais e/ou produtos, deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos no objeto, sendo que aqueles considerados inadequados serão devolvidos, devendo ser substituídos e o pagamento correspondente ficará suspenso, até sua regularização de forma integral, sem prejuízo da aplicação das penalidades pelo atraso inicial.

n) Entendem-se por equipamentos, materiais e/ou produtos inadequados aqueles que apresentarem-se com inferior qualidade, e/ou fora das especificações exigidas e/ou deteriorações e/ou com indícios de violação.

o) Deverão estar inclusos no preço todos os custos e despesas necessários ao cumprimento do



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

objeto, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, fretes, seguros, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

CLÁUSULA NONA - SUBCONTRATAÇÃO

9.1 Não será admitida a subcontratação parcial e/ou total do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PREÇO E PAGAMENTO

10.1 PREÇO

10.1.1 O valor total da contratação é de R\$ (.....).

10.1.1.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

10.2 FORMA DE PAGAMENTO

10.2.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.3 PRAZO DE PAGAMENTO

10.3.1 O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

10.3.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3.3 A atestação da nota fiscal/fatura correspondente, caberá ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

10.3.4 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

10.4 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.4.1 As notas fiscais emitidas deverão estar de acordo com os valores unitários e totais constantes na proposta, que passa a integrar o presente Edital, independente de transcrição ou anexação e deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da licitação, a fim de se acelerar o trâmite de liberação do documento fiscal para pagamento.

10.4.2 Os dados bancários da empresa contratada (pessoa jurídica), deverão constar, obrigatoriamente, no corpo da nota fiscal.

10.4.3 Não serão aceitos boletos bancários, somente serão efetuados depósitos em conta corrente em nome da Contratada.

10.4.4 Deverão ser entregues, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura referente ao serviço prestado, produto entregue, no setor responsável pela fiscalização do contrato, acompanhadas dos seguintes documentos:

a) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF.

b) Certidão de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

10.4.5 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

10.4.6 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente qualquer obrigação, sem que isso gere direito de reajustamento de preços, correção monetária ou encargos.

10.4.7 Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

10.4.8 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

10.4.9 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.4.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.4.11 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.4.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.4.13 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.4.14 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.4.15 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - REAJUSTE

11.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data de início da vigência contratual.

11.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

11.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1 São obrigações do Contratante:

12.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

- 12.1.2** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 12.1.3** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 12.1.4** Acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
- 12.1.5** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 12.1.6** Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.
- 12.1.7** Cientificar a Assessoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
- 12.1.8** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 12.1.9** Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 12.1.10** A decisão sobre pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro será proferida no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da solicitação, desde que o pedido esteja instruído de toda documentação comprobatória.
- 12.1.11** Notificar o Contratado quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 12.1.12** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 13.1** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 13.1.1** Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do presente Contrato Administrativo.
- 13.1.1.1** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 13.1.2** Atender às determinações regulares emitidas pelo Gestor e/ou Fiscal do presente Contrato, ou ainda da Autoridade Superior.
- 13.1.3** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 13.1.4** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Gestor e/ou Fiscal do Contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 13.1.5** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 13.1.6** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do Artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº14.133/2021.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

13.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

13.1.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.1.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.1.11 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do presente Instrumento.

13.1.12 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.1.13 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13.1.14 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.1.15 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.

13.1.16 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do presente Contrato.

13.1.17 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº14.133/2021.

13.1.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.1 As partes deverão cumprir a Lei Federal nº13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Artigo 6º da LGPD.

14.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 05 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

14.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do Artigo 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Artigo 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

14.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº14.133/2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no Artigo 5º da Lei Federal nº12.846/2013.

16.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I- Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

II- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

III- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

IV- Multa:

(1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias, podendo, também, ser rescindido o contrato.

a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do Artigo 137 da Lei Federal nº14.133/2021.

(2) compensatória de 15 % (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, podendo, também, ser rescindido o contrato.

16.3 Aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

16.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (Artigo 156, §7º da Lei Federal nº14.131/2021).



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

16.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

I- A natureza e a gravidade da infração cometida;

II- As peculiaridades do caso concreto;

III- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV- Os danos que dela provierem para o Contratante;

V- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

16.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.12 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

16.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

17.2 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

17.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 02 (dois) meses de antecedência desse dia.

17.4 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 02 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 02 (dois) meses da data da comunicação.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

17.5 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.6 Nesta hipótese, aplicam-se também os Artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.7 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.8 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.9 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

I- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

II- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

III- Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ORGÃO/UNIDADE:	Secretaria de Obras e Trânsito, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação.			
PROJ/ATIV/OE	PROGRAMA DE TRABALHO	CATEGORIA	RECURSO STN	RUBRICA
2019	5	339030	500	1381
2014	5	339030	500	79
2016	6	339030	500	964
2022	9	339030	500	1666
2074	24	339030	669	510
2042	12	339030	500	136
2029	12	339030	500	2686
2032	12	339030	500	1813

18.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

19.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais normas e princípios gerais dos Contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA FISCALIZAÇÃO

20.1 A fiscalização pela totalidade da prestação de serviços objeto do presente Instrumento Administrativo, será realizada pelo Município Contratante através do(s) GESTOR(ES), SR. _____ (_____), e pelo(s) FISCAL(IS), SR. _____ (_____).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

21.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1 Fica eleito pelas partes, em comum acordo, o Foro da Comarca de Encantado - RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato Administrativo que não possam ser compostos pela conciliação, conforme artigo 92, §1º da Lei Federal nº 14.133/21.

E assim, por estarem justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, juntamente na presença de 02 (duas) testemunhas, para que gere seus jurídicos e legais efeitos.

Doutor Ricardo – RS, _____ de _____ de 2023.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

Sebastião Lopes Rosa da Silveira
OAB/RS 25.753
Assessor Jurídico Municipal

Testemunhas:

1. _____
CPF nº

2. _____
CPF nº



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO X

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Prazo de garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Prazo de garantia ou validade